

Alexandre Kojève

# INTRODUÇÃO À LEITURA DE HEGEL

Aulas sobre a  
*Fenomenologia do Espírito*  
ministradas de 1933 a 1939  
na École des Hautes Études  
reunidas e publicadas  
por Raymond Queneau

TRADUÇÃO  
*Estela dos Santos Abreu*



**CONTRAPONTO**

## À GUIA DE INTRODUÇÃO<sup>1</sup>

*Hegel [...] erfasst die Arbeit als das Wesen,  
als das sich bewährende Wesen des Menschen.*<sup>2</sup>

KARL MARX

[O homem é consciência-de-si. É consciente de si, consciente de sua realidade e de sua dignidade humanas. É nisso que difere essencialmente do animal, que não ultrapassa o nível do simples sentimento de si. O homem toma consciência de si no momento em que — pela primeira vez — diz: “Eu”. Compreender o homem pela compreensão de sua origem é, portanto, compreender a origem do Eu revelado pela palavra.

Ora, a análise do pensamento, da razão, do entendimento etc. — de modo geral: do comportamento cognitivo, contemplativo, passivo, de um Ser ou de um sujeito cognoscente — nunca descobre o porquê ou o como do nascimento da palavra “Eu”, e — em consequência — da consciência-de-si, isto é, da realidade humana. O homem que contempla é absorvido por aquilo que ele contempla; o sujeito cognoscente se perde no objeto conhecido. A contemplação revela o objeto, não o sujeito. É o objeto, não o sujeito, que se mostra a si mesmo no e pelo — ou, melhor ainda, como — ato de conhecer. O homem absorvido pelo objeto que ele contempla só pode voltar a si por um desejo: pelo desejo de comer, por exemplo. O desejo (consciente) de um Ser constitui esse Ser como Eu e o revela como tal, levando-o a dizer: “Eu...”. É o desejo que transforma o Ser revelado a si mesmo por si mesmo no conhecimento (verdadeiro) em um objeto revelado a um sujeito por um sujeito diferente do objeto e oposto a ele. É em e por, ou, melhor ainda, como seu desejo que o homem se constitui e se revela — a si e aos outros — como um Eu, como o Eu essencialmente diferente do, e radicalmente oposto ao, não-Eu. O Eu (humano) é o Eu de um — ou do — desejo.

O Ser do homem, o Ser consciente de si, implica e supõe o desejo. A realidade humana só se pode constituir e manter no interior de uma realidade biológica, de uma vida animal. Mas, se o desejo animal é condição necessária da consciência-de-si, não é condição suficiente. Sozinho, esse desejo constitui apenas o sentimento de si.

1. Tradução comentada da seção A do cap. IV da *Fenomenologia do Espírito*, intitulada “Autonomia e dependência da consciência-de-si: dominação e sujeição”. Os comentários [de Kojève] vêm em itálico, entre colchetes. As palavras ligadas por hífen correspondem a um único termo alemão. [N. de R. Q.]

2. Hegel [...] entende o trabalho como a essência, como a essência do homem que se confirma.

**Ao contrário** do conhecimento que mantém o homem em quietude passiva, o **desejo** torna-o in-quieto e leva-o à ação. Oriunda do desejo, a ação tende a satisfazê-lo, e ela só pode fazer isso pela negação, pela destruição ou, ao menos, pela transformação do objeto desejado: para satisfazer a fome, por exemplo, é preciso destruir ou, em todo caso, transformar o alimento.

Assim, toda ação é negadora. Longe de deixar o dado tal qual é, a ação o destrói; se não em seu Ser, ao menos em sua forma dada. E toda negatividade-negadora em relação ao dado é necessariamente ativa. Mas a ação negadora não é puramente destrutiva. Porque, se a ação que nasce do desejo destrói, para satisfazê-lo, uma realidade objetiva, ela cria em seu lugar, em e por essa própria destruição, uma realidade subjetiva. O Ser que come, por exemplo, cria e mantém sua própria realidade pela supressão da realidade diferente da sua, pela transformação de uma realidade outra em realidade sua, pela assimilação, pela interiorização de uma realidade estranha, externa. De modo geral, o Eu do desejo é um vazio que só recebe um conteúdo positivo real pela ação negadora que satisfaz o desejo ao destruir, transformar e assimilar o não-Eu desejado. E o conteúdo positivo do Eu, constituído pela negação, é uma função do conteúdo positivo do não-Eu negado. Portanto, se o desejo se dirige a um não-Eu natural, o Eu também será natural. O Eu criado pela satisfação ativa de tal desejo terá a mesma natureza das coisas às quais esse desejo se dirige: será um "Eu-coisa", um Eu apenas vivo, um Eu animal. E esse Eu natural, função do objeto natural, só poderá revelar-se a si mesmo e aos outros como sentimento de si. Ele nunca atingirá a consciência-de-si.

Para que haja consciência-de-si, é preciso que o desejo se dirija a um objeto não-natural, algo que ultrapasse a realidade dada. Ora, a única coisa que ultrapassa o real dado é o próprio desejo. Porque o desejo considerado como desejo, isto é, antes de sua satisfação, é apenas um nada revelado, um vazio irreal. O desejo como revelação de um vazio, como presença da ausência de uma realidade, é essencialmente diferente da coisa desejada, diferente de uma coisa, diferente de um Ser real estático e dado que se mantém eternamente na identidade consigo mesmo. O desejo que se dirige a um outro desejo, considerado como desejo, vai criar, pela ação negadora e assimiladora que o satisfaz, um Eu essencialmente diferente do "Eu" animal. Esse Eu, que se alimenta de desejos, será ele mesmo desejo em seu próprio Ser, criado na e pela satisfação de seu desejo. E já que o desejo se realiza como ação negadora do dado, o próprio Ser desse Eu será ação. Esse Eu não será, como o "Eu" animal, identidade ou igualdade consigo, mas negatividade-negadora. Em outros termos, o próprio Ser desse Eu será devir, e a forma universal desse Ser não será espaço, mas tempo. Manter-se na existência significará pois para esse Eu: "não ser o que ele é (Ser estático e dado, Ser natural, caráter inato) e ser (isto é, devir) o que ele não é". Esse Eu será assim sua própria obra: ele será (no futuro) o que ele se tornou pela negação (no presente) do que ele foi (no passado), sendo essa negação efetuada em vista do que ele se tornará. Em seu próprio Ser, esse Eu é

*devir intencional, evolução desejada, progresso consciente e voluntário. É o ato de transcender o dado que lhe é dado e que ele próprio é. Esse Eu é um indivíduo (humano), livre (em relação ao real dado) e histórico (em relação a si próprio). Esse Eu, e apenas esse Eu, se revela a ele e aos outros como consciência-de-si.*

O desejo humano deve buscar um outro desejo. Para que haja desejo humano, é preciso que haja primeiro uma pluralidade de desejos (animais). Em outros termos, para que a consciência-de-si possa nascer do sentimento de si, para que a realidade humana possa constituir-se no interior da realidade animal, é preciso que essa realidade seja essencialmente múltipla. O homem, portanto, só pode aparecer na Terra dentro de um rebanho. Por isso a realidade humana só pode ser social. Mas, para que o rebanho se torne uma sociedade, não basta apenas a multiplicidade de desejos; é também preciso que os desejos de cada membro do rebanho busquem — ou possam buscar — os desejos dos outros membros. Se a realidade humana é uma realidade social, a sociedade só é humana como conjunto de desejos desejando-se mutuamente como desejos. O desejo humano, ou melhor, antropogênico — que constitui um indivíduo livre e histórico consciente de sua individualidade, de sua liberdade, de sua história e, enfim, de sua historicidade —, o desejo antropogênico difere portanto do desejo animal (que constitui um Ser natural, apenas vivo e tendo só o sentimento de sua vida) pelo fato de buscar não um objeto real, “positivo”, dado, mas um outro desejo. Assim, na relação entre homem e mulher, por exemplo, o desejo só é humano se um deles não deseja o corpo mas sim o desejo do outro, se quer possuir ou assimilar o desejo considerado como desejo, isto é, se quer ser desejado ou amado ou, mais ainda, reconhecido em seu valor humano, em sua realidade de indivíduo humano. Do mesmo modo, o desejo que busca um objeto natural só é humano na medida em que é mediatizado pelo desejo de outrem dirigido ao mesmo objeto: é humano desejar o que os outros desejam, porque eles o desejam. Assim, um objeto perfeitamente inútil do ponto de vista biológico (como uma condecoração ou a bandeira do inimigo) pode ser desejado porque é objeto de outros desejos. Tal desejo só pode ser um desejo humano. A realidade humana, diferente da realidade animal, só se cria pela ação que satisfaz tais desejos: a história humana é a história dos desejos desejados.

Mas, deixada de lado essa diferença — essencial —, o desejo humano é análogo ao desejo animal. Também o desejo humano tende a satisfazer-se por uma ação negadora, ou até transformadora e assimiladora. O homem se alimenta de desejos como o animal se alimenta de coisas reais. E o Eu humano, realizado pela satisfação ativa de seus desejos humanos, é tanto função de seu alimento quanto o corpo do animal é função do que come.

Para que o homem seja verdadeiramente humano, para que se diferencie essencial e realmente do animal, é preciso que, nele, o desejo humano supere de fato o desejo animal. Ora, todo desejo é desejo de um valor. O valor supremo para o animal é sua vida animal. Todos os desejos do animal são, em última análise, uma

**função do desejo que ele tem de conservar a vida.** O desejo humano deve superar **esse desejo de conservação.** Ou seja, o homem só se confirma como humano se **arriscar a vida (animal) em função de seu desejo humano.** É nesse e por esse risco que a realidade humana se cria e se revela como realidade; é nesse e por esse risco que ela se confirma, se mostra, se demonstra, se verifica e se comprova como essencialmente diversa da realidade animal, natural. Por isso, falar da origem da consciência-de-si é necessariamente falar do risco de vida (em vista de um objetivo essencialmente não-vital).

O homem se confirma como humano ao arriscar a vida para satisfazer seu desejo humano, isto é, seu desejo que busca outro desejo. Ora, desejar um desejo é pôr-se no lugar do valor desejado por esse desejo. Porque, sem essa substituição, desejar-se-ia o valor, o objeto desejado, e não o próprio desejo. Desejar o desejo do outro é, em última análise, desejar que o valor que eu sou ou que represento seja o valor desejado por esse outro: quero que ele reconheça meu valor como seu valor, quero que me reconheça como um valor autônomo. Isto é, todo desejo humano, antropogênico, gerador da consciência-de-si, da realidade humana, é, afinal, função do desejo de reconhecimento. E o risco de vida pelo qual se confirma a realidade humana é um risco em função desse desejo. Falar da origem da consciência-de-si é, pois, necessariamente falar de uma luta de morte em vista do reconhecimento.

Sem essa luta de morte por puro prestígio nunca teria havido seres humanos na Terra. De fato, o Ser humano só se constitui em função de um desejo que busca outro desejo, isto é, no final das contas, de um desejo de reconhecimento. O Ser humano só se pode constituir se pelo menos dois desses desejos se confrontam. E, como cada um dos dois seres dotados de semelhante desejo está decidido a ir até o fim na busca de sua satisfação, ou seja, está decidido a arriscar a vida — e, por conseguinte, pôr em perigo a do outro a fim de ser reconhecido pelo outro, de impor-se ao outro como valor supremo —, o encontro dos dois só pode ser uma luta de morte. Somente nessa e por essa luta a realidade humana se engendra, se constitui, se realiza e se revela a si própria e aos outros. Portanto, ela só se realiza e se revela como realidade reconhecida.

Entretanto, se todos os homens — ou, mais precisamente, todos os seres em via de se tornarem seres humanos — se comportassem de maneira idêntica, a luta levaria necessariamente à morte de um dos adversários, ou dos dois. Não seria possível que um cedesse ao outro, abandonasse a luta antes da morte do outro, reconhecesse o outro em vez de ser reconhecido por ele. Mas, se assim fosse, a realização e a revelação do Ser humano seriam impossíveis. Isso fica evidente no caso de morrerem os dois adversários, já que a realidade humana — sendo essencialmente desejo e ação em função do desejo — só pode nascer e manter-se no interior da vida animal. Mas a impossibilidade permanece, caso seja morto apenas um

dos adversários. Porque, com ele, desaparece esse outro desejo que era buscado pelo desejo, a fim de ser desejo humano. O sobrevivente, não podendo ser reconhecido pelo morto, não pode realizar-se e revelar sua humanidade. Para que o Ser humano se possa realizar e revelar como consciência-de-si, não basta que a realidade humana nascente seja múltipla. É também preciso que essa multiplicidade, essa sociedade, implique dois comportamentos humanos ou antropogênicos essencialmente diferentes.

Para que a realidade humana possa constituir-se como realidade reconhecida, é preciso que ambos os adversários continuem vivos após a luta. Ora, isso só é possível se eles se comportarem de modo diverso durante a luta. Por atos de liberdade irredutíveis, até imprevisíveis ou indeduzíveis, devem constituir-se como desiguais nessa e por essa luta. Um, sem ter sido a isso predestinado, deve ter medo do outro, deve ceder, deve recusar-se a arriscar a vida em nome da satisfação de seu desejo de reconhecimento. Deve abandonar seu desejo e satisfazer o desejo do outro: deve reconhecê-lo sem ser reconhecido por ele. Ora, reconhecê-lo assim é reconhecê-lo como senhor e reconhecer-se (e fazer-se reconhecer) como escravo do senhor.

Em outras palavras, em seu estado nascente, o homem nunca é apenas homem. É, necessária e essencialmente, senhor ou escravo. Se a realidade humana só se engendra como social, a sociedade só é humana — pelo menos na origem — sob a condição de implicar um elemento de dominação e um elemento de sujeição, existências autônomas e existências dependentes. Por isso, falar da origem da consciência-de-si é falar necessariamente da autonomia e da dependência da consciência-de-si, da dominação e da sujeição.

Se o Ser humano só se engendra na e pela luta que leva à relação entre senhor e escravo, a realização e a revelação progressivas desse Ser também só se podem efetuar em função dessa relação social fundamental. Se o homem nada mais é que seu devir, se seu Ser humano no espaço e seu Ser no tempo ou como tempo, se a realidade humana revelada nada mais é que a história universal, essa história tem de ser a história da interação de dominação e sujeição: a dialética histórica é a dialética do senhor e do escravo. Mas, se a oposição da tese e da antítese só tem sentido na conciliação pela síntese, se a história no sentido forte da palavra tem necessariamente um termo final, se o homem que está em via de tornar-se deve culminar no homem que já se tornou, se o desejo deve levar à satisfação, se a ciência do homem deve ter valor de verdade definitiva e universalmente válida, então a interação do senhor e do escravo deve finalmente levar à supressão dialética deles.

Seja como for, a realidade humana só pode engendrar-se e manter-se na existência como realidade reconhecida. Somente ao ser reconhecido por um outro, pelos outros e — no extremo — por todos os outros é que o Ser humano é realmente humano: tanto para ele como para os outros. Só ao falar de uma realidade humana reconhecida é que se pode, ao chamá-la humana, enunciar uma verdade no

**sentido próprio e forte do termo. Porque só nesse caso se pode revelar pelo discurso uma realidade. Por isso, ao se falar da consciência-de-si, do homem consciente de si, é preciso dizer:]**

A consciência-de-si existe *em e para si* na medida em que, e pelo fato de que, existe (em e para si) para uma outra consciência-de-si; isto é, ela só existe como entidade-reconhecida. (...)

Esse conceito puro do reconhecimento, isto é, da duplicação da consciência-de-si no interior de sua unidade, deve ser agora considerado no aspecto sob o qual sua evolução aparece à consciência-de-si. [*Isto é, não ao filósofo que trata disso, mas ao homem consciente de si que reconhece um outro homem ou se faz reconhecer por ele.*]

Essa evolução evidenciará primeiro o aspecto de desigualdade das duas consciências-de-si [*isto é, dos dois homens que se enfrentam em busca do reconhecimento*]. Ou, em outras palavras, evidenciará a expansão do meio-termo [*que é o reconhecimento mútuo e recíproco*] nos dois pontos-extremos [*que são os dois que se enfrentam*]; estes, considerados como pontos-extremos, opõem-se um ao outro e, por conseguinte, de modo que um é apenas entidade-reconhecida e o outro apenas entidade-que-reconhece. [*À primeira vista, o homem que quer fazer-se reconhecer por outro homem não quer de forma alguma reconhecê-lo. Se conseguir seu intento, o reconhecimento não será portanto mútuo e recíproco: ele será reconhecido mas não reconhecerá aquele que o reconhece.*]

À primeira vista, a consciência-de-si é Ser-para-si simples-ou-indiviso; ela é idêntica-a-si pelo ato-de-excluir dela tudo o que é outro [*que não seja ela*]. Sua realidade-essencial e seu objeto-coisa absoluto são para ela: Eu [*Eu isolado de tudo e oposto a tudo o que não seja Eu*]. E, nessa imediatidade, isto é, nesse Ser-dado [*não produzido por um processo ativo criador*] de seu Ser-para-si, a consciência-de-si é uma entidade-particular-e-isolada. O que, para ela, é diferente dela, existe para ela como um objeto-coisa desprovido-de-realidade-essencial, marcado pelo caráter da entidade-negativa.

Mas [*no caso que estudamos*] a entidade-outra é, também ela, uma consciência-de-si: um indivíduo-humano apresenta-se a um indivíduo-humano. Apresentando-se assim de uma maneira-imediata, esses indivíduos existem um para o outro no modo-de-ser dos objetos-coisas habituais. São formas-concretas autônomas, consciências imersas no Ser-dado da vida-animal. Porque é como vida-animal que se determinou aqui o objeto-coisa existente-como-um-ser-dado. São consciências que ainda não realizaram, uma para a outra, o movimento [*dialético*] da abstração absoluta, que consiste no ato-de-extirpar todo Ser-dado imediato, e no fato de ser apenas o Ser-dado puramente negativo-ou-negador da consciência idêntica-a-si-mesma.

Ou, em outros termos, são entidades que ainda não se manifestaram uma à outra como puro Ser-para-si, isto é, como consciência-de-si. [*Quando dois “primeiros” homens se enfrentam pela primeira vez, um vê no outro apenas um animal, por sinal perigoso e hostil, que é preciso destruir, e não um Ser consciente de si representando um valor autônomo.*] Cada um desses indivíduos-humanos está subjetivamente-certo de si; mas não do outro. Por isso, sua própria certeza-subjetiva de si ainda não tem verdade [*isto é, ainda não revela uma realidade; ou, em outras palavras — uma entidade objetivamente, intersubjetivamente e até universalmente reconhecida, logo existente e válida*]. Porque a verdade de sua certeza-subjetiva [*da idéia que faz de si mesmo, do valor que ele se atribui*] teria sido apenas o fato de que seu próprio Ser-para-si se tivesse manifestado a ele como objeto-coisa autônomo; ou então, o que é o mesmo: que o objeto-coisa se tenha manifestado a ele como essa pura certeza-subjetiva de si [*é preciso portanto que ele reencontre na realidade exterior, objetiva, a idéia íntima que faz de si*]. Mas, segundo o conceito de reconhecimento, isso só é possível se ele realiza para o outro (assim como o outro realiza para ele) a citada abstração pura do Ser-para-si: cada um realizando-a em si, de um lado, por sua própria atividade e, de outro, pela atividade do outro.

[O “primeiro” homem que encontra pela primeira vez outro homem já se atribui uma realidade e um valor autônomos, absolutos: é possível dizer que ele se considera homem, que tem a certeza subjetiva de sê-lo. Mas sua certeza ainda não é um saber. O valor que ele se atribui pode ser ilusório; a idéia que ele faz de si pode ser falsa ou louca. Para que essa idéia seja uma verdade, é preciso que ela revele uma realidade objetiva, isto é, uma entidade que vale e existe não apenas para si, mas também para realidades outras (que não sejam ela). No caso em questão, o homem, para ser homem de forma verdadeira e verídica, e saber que o é, deve impor a idéia que tem de si a outros: deve fazer-se reconhecer pelos outros (no caso-limite ideal: por todos os outros). Ou ainda: deve transformar o mundo (natural e humano) onde não é reconhecido em um mundo onde esse reconhecimento se efetue. Essa transformação do mundo hostil a um projeto humano em um mundo que esteja de acordo com esse projeto chama-se ação, atividade. Essa ação — essencialmente humana porque humanizadora, antropogênica — começa pelo ato de impor-se ao “primeiro” outro com que se depara. E já que esse outro, se é (ou, mais exatamente, se quer ser e acha que é) um Ser humano, deve fazer a mesma coisa, a “primeira” ação antropogênica assume necessariamente a forma de luta: luta de morte entre dois seres que se pretendem-homens; luta de puro prestígio travada em vista do reconhecimento pelo adversário. De fato:]

A manifestação do indivíduo-humano considerado como pura abstração do Ser-para-si consiste no fato de mostrar-se como a pura negação de seu modo-de-ser objetivo-ou-coisa; ou, em outros termos, mostrar que ser para si, ou ser homem, é não estar ligado a nenhuma existência determinada, é não estar liga-



**do à particularidade-isolada universal da existência como-tal, é não estar ligado à vida.** Essa manifestação é uma atividade duplicada: atividade do outro e atividade por si mesmo. Na medida em que essa atividade é atividade do outro, ambos os homens procuram a morte do outro. Mas nessa atividade do outro encontra-se também o segundo aspecto, a saber, a atividade por si: porque a atividade em questão implica o risco da própria vida daquele que age. A relação das duas consciências-de-si é pois determinada de tal forma que elas se confirmam — cada uma para si e uma para a outra — pela luta de vida ou morte.

[*“Se confirmam”, isto é, se comprovam, isto é, transformam em verdade objetiva, ou universalmente válida e reconhecida, a certeza puramente subjetiva que cada uma tem de seu próprio valor. A verdade é a revelação de uma realidade. Ora, a realidade humana só se cria, só se constitui na luta pelo reconhecimento e no risco de vida que implica. A verdade do homem, ou a revelação de sua realidade, pressupõe portanto a luta de morte. Por isso,*] os indivíduos-humanos são obrigados a travar essa luta. Porque devem elevar à categoria de verdade a certeza-subjetiva que têm de si próprios de existir para si, cada qual devendo fazê-lo no outro e em si. Só pelo risco de vida a liberdade se confirma, se confirma o fato de que, para a consciência-de-si, a realidade essencial não é o Ser-dado [*não criado pela ação consciente e voluntária*], não é o modo-de-ser imediato [*natural, não-mediatizado pela ação (negadora do dado)*] no qual a consciência-de-si se apresenta [*no mundo dado*], não é o fato de estar imerso na extensão da vida-animal; mas, ao contrário, nela não existe nada que não seja, para ela, um elemento-constitutivo evanescente. Em outros termos, somente pelo arriscar a vida é que se confirma o fato de que a consciência-de-si é um puro Ser-para-si. O indivíduo-humano que não ousou arriscar a vida pode, decerto, ser reconhecido como pessoa-humana. Mas não atingiu a verdade de ser-reconhecido como consciência-de-si autônoma. Cada um dos dois indivíduos-humanos deve ter por objetivo a morte do outro, assim como arrisca a própria vida. Porque a entidade-outra não vale para ele mais do que ele próprio. Sua realidade-essencial [*que é sua realidade e sua dignidade humanas reconhecidas*] manifesta-se a ele como entidade-outra [*como um outro homem, que não o reconhece e que, por isso, é independente dele*]. Ele está fora de si [*enquanto o outro não o “devolveu” a ele, ao reconhecê-lo, ao revelar-lhe que o reconheceu, e ao mostrar-lhe assim que depende dele, que não é absolutamente outro diferente dele*]. Deve suprimir seu Ser-fora-de-si. A entidade-outra [*que não ele*] é, no caso, uma consciência existente-como-um-ser-dado e inserido [*no mundo natural*] de uma maneira-múltipla-e-variada. Ora, ele deve contemplar seu Ser-outro como puro Ser-para-si, isto é, como negatividade-negadora absoluta. [*Equivale a dizer que o homem só é humano na medida em que quer impor-se a outro homem, fazer-se reconhecer por ele. No início, enquanto ainda não está efetivamente*

reconhecido pelo outro, esse outro é o objetivo de sua ação, é desse outro, é do reconhecimento por esse outro que dependem seu valor e sua realidade humanos, é nesse outro que se condensa o sentido de sua vida. Ele está, portanto, fora de si. Mas são seu próprio valor e realidade que lhe importam, e ele quer tê-los em si. Precisa portanto suprimir seu Ser-outro. Isto é, deve fazer-se reconhecer pelo outro, ter em si a certeza de ser reconhecido pelo outro. Mas para que esse reconhecimento possa satisfazê-lo, é preciso que ele saiba que o outro é um Ser humano. Ora, à primeira vista, ele só vê no outro o aspecto de um animal. Para saber que esse aspecto revela uma realidade humana, ele deve ver que o outro também quer fazer-se reconhecer e que também está pronto a arriscar, a negar sua vida animal numa luta pelo reconhecimento de seu Ser-para-si humano. Deve portanto provocar o outro, forçá-lo a travar uma luta de morte de puro prestígio. Ao fazer isso, para não ser morto, é obrigado a matar o outro. Em tais condições, a luta pelo reconhecimento só pode terminar com a morte de um dos adversários — ou dos dois.] Mas esse ato-de-confirmar-se pela morte suprime a verdade [ou realidade objetiva revelada] que dele deveria resultar; por isso, também suprime a certeza-subjetiva de si como-tal. Porque, assim como a vida-animal é a posição natural da consciência, isto é, a autonomia desprovida da negatividade-negadora absoluta, a morte é a negação natural da consciência, isto é, a negação desprovida da autonomia; logo, a negação que continua a ser desprovida da significação exigida pelo reconhecimento. [Isto é: se os dois adversários perecem na luta, a consciência é suprimida completamente, pois após a morte o homem não passa de um corpo inanimado. Se um dos adversários continua vivo mas mata o outro, já não pode ser reconhecido por ele; o vencido morto não reconhece a vitória do vencedor. A certeza que o vencedor tem de seu Ser e de seu valor permanece pois puramente subjetiva e, por isso, não tem verdade.] Pela morte constituiu-se, é verdade, a certeza-subjetiva do fato de os dois terem arriscado a vida e de cada um tê-la desprezado em si e no outro. Mas essa certeza não se constituiu para os que travaram a luta. Pela morte, eles suprimem sua consciência afirmada nessa entidade estranha que é a existência natural. Isto é, eles se suprimem. [Porque o homem só é real na medida em que vive num mundo natural. É verdade que esse mundo lhe é estranho; ele precisa negá-lo, transformá-lo, combatê-lo para nele se realizar. Mas sem esse mundo, fora desse mundo, o homem não é nada.] E eles são suprimidos como pontos-extremos querendo existir para si; [isto é, conscientemente e independentemente do resto do universo]. Mas, por isso mesmo, desaparece do jogo das variações o elemento-constitutivo essencial, qual seja, o ato de se decompor em pontos-extremos de determinações opostas. E o meio-termo se abate em uma unidade morta, que se decompõe em pontos-extremos mortos, apenas existindo-como-seres-dados, e não opostos [um ao outro em, por e para uma ação durante a qual um tenta suprimir o outro ao se afirmar, e afirmar-se suprimindo o outro]. E os dois não se

**dão reciprocamente** um ao outro e não se devolvem um ao outro pela **consciência**. Ao contrário, só se libertam mutuamente de-uma-maneira-indiferente, como coisas. [*Porque o morto não passa de uma coisa inconsciente, da qual o vivo se afasta com indiferença, já que dele não pode esperar mais nada.*] A ação homicida deles é a negação abstrata. Não é a negação [*efetuada*] pela consciência, que suprime de forma a guardar e conservar a entidade-suprimida e, por isso, sobrevive ao fato-de-ser-suprimida. [*Essa supressão é dialética. Suprimir dialeticamente quer dizer: suprimir conservando o que foi suprimido, o que é sublimado em e por essa supressão que conserva ou essa conservação que suprime.* A entidade suprimida dialeticamente é anulada em seu aspecto contingente (e desprovido de sentido) de entidade natural dada (imediate): mas ela é conservada no que tem de essencial (portadora de significação); como é assim mediatizada pela negação, é sublimada ou elevada a um modo de ser mais compreensivo e compreensível que o de sua realidade imediata de puro e simples dado positivo e estático, que não resulta de uma ação criadora, isto é, negadora do dado.

Não adianta portanto ao homem da luta matar o adversário. Ele tem de suprimi-lo dialeticamente. Ou seja, deve poupar-lhe a vida e a consciência, e só destruir-lhe a autonomia. Só deve suprimi-lo como seu oponente, como quem age contra ele. Em outros termos, deve subjugá-lo.]

O que se constitui para a consciência-de-si nessa experiência [*da luta homicida*] é o fato de a vida-animal lhe ser tão essencial quanto a pura consciência-de-si. Na consciência-de-si imediata [*isto é, no "primeiro" homem que ainda não é mediatizado por esse contato com o outro que a luta proporciona*], o Eu simples-ou-indiviso [*do homem isolado*] é o objeto-coisa absoluto. Mas para nós ou em si [*isto é, para o autor e o leitor deste texto, que vêem o homem tal como ele se constituiu definitivamente no fim da história pela inter-ação social realizada,*] esse objeto-coisa, isto é, o Eu, é a mediação absoluta, e tem por elemento-constitutivo essencial a autonomia que se mantém. [*Isto é: o homem real e verdadeiro é o resultado de sua inter-ação com os outros; o seu Eu e a idéia que ele faz de si são mediatizados pelo reconhecimento obtido em função de sua ação. E sua verdadeira autonomia é a que ele mantém na realidade social pelo esforço dessa ação.*] A dissolução dessa unidade simples-ou-indivisa [*que é o Eu isolado*] é o resultado da primeira experiência [*que o homem faz no momento de sua "primeira" luta, ainda homicida*]. Por essa experiência afirmam-se: uma consciência-de-si pura [*ou abstrata, que fez abstração de sua vida animal pelo risco da luta: o vencedor*] e uma consciência que [*sendo de fato um cadáver vivo: o vencido que foi poupado*] existe não puramente para si, mas para uma outra consciência [*ou seja, para a do vencedor*]; quer dizer: que existe como consciência existente-como-um-ser-dado, ou, em outros termos, como consciência que existe na forma-concreta da coisidade. Os dois elementos-constitutivos são essenciais: já que, à primeira vista, são desiguais e opostos entre si e a reflexão

deles na unidade ainda não resultou [*da ação deles*], eles existem como duas formas-concretas opostas da consciência. Uma é a consciência autônoma, para a qual o Ser-para-si é a realidade-essencial. A outra é a consciência dependente, para a qual a realidade-essencial é a vida-animal, isto é, o Ser-dado para uma entidade-outra. Aquela é o senhor, esta, o escravo. [*Esse escravo é o adversário vencido, que não arriscou a vida até o fim, que não adotou o princípio dos senhores: vencer ou morrer. Ele aceitou a vida concedida pelo outro. Depende portanto desse outro. Preferiu a escravidão à morte e, por isso, ao permanecer vivo, vive como escravo.*]

O senhor é a consciência que existe para si. E já não é apenas o conceito [*abstrato*] da consciência, mas uma consciência [*real*] que existe para si, que é mediatizada consigo mesma por uma outra consciência. Ou seja, por uma consciência tal que cabe à sua realidade-essencial ser sintetizada com o Ser-dado, isto é, com a coisidade como-tal. [*Essa consciência é o escravo que, ao se identificar com sua vida animal, forma um todo com o mundo natural das coisas. Ao recusar-se a arriscar a vida numa luta de puro prestígio, ele não se eleva acima do animal. Considera-se como tal, e como tal é considerado pelo senhor. Mas o escravo, por sua vez, reconhece o senhor em sua dignidade e sua realidade humanas, e comporta-se de acordo. A certeza do senhor é, portanto, não puramente subjetiva e imediata, mas objetivada e mediatizada pelo reconhecimento do outro, do escravo. Enquanto o escravo continua sendo um Ser imediato, natural, bestial, o senhor — por sua luta — já é humano, mediatizado. Seu comportamento é, por conseguinte, mediatizado ou humano, tanto em relação às coisas quanto aos outros homens; esses outros que, para ele, não passam de escravos.*] O senhor refere-se aos dois elementos-constitutivos seguintes: de um lado, a uma coisa considerada como tal, isto é, ao objeto-coisa do desejo, e, de outro lado, à consciência para a qual a coisidade é a entidade-essencial [*isto é, ao escravo que, pela recusa do risco, se identifica com as coisas das quais depende. O senhor, ao contrário, só vê nessas coisas um simples meio de satisfazer seu desejo. E as destrói ao satisfazê-lo*]. Visto que, primeiro, o senhor, considerado como conceito da consciência-de-si, é a relação imediata do Ser-para-si e, segundo, que o senhor existe agora [*isto é, após a vitória conseguida sobre o escravo*] ao mesmo tempo como mediação, isto é, como um Ser-para-si que só existe para si por uma entidade-outra [*já que o senhor só é senhor pelo fato de ter um escravo que o reconhece como senhor*], o senhor se relaciona, primeiro, de uma maneira-imediata com os dois [*isto é, com a coisa e com o escravo*], e, segundo, de uma maneira-mediatizada com cada um dos dois pelo outro. O senhor se relaciona de uma maneira-mediatizada com o escravo, a saber, por meio do Ser-dado autônomo. Porque é precisamente a esse Ser-dado que o escravo está ligado. Esse Ser-dado é seu grilhão, do qual não conseguiu livrar-se na luta, na qual se revelou — por causa disso — como dependente, como tendo sua autonomia na coisidade. Por

**sua vez, o senhor é o poder que reina sobre o seu Ser-dado.** Porque revelou na **luta** que esse Ser-dado só vale para ele como entidade-negativa. Uma vez que o **senhor é o poder que reina sobre o seu Ser-dado**, e que esse Ser-dado é o poder que reina sobre o outro [*isto é, sobre o escravo*], o senhor tem — neste silogismo [*real ou ativo*] — esse outro sob o seu domínio. Do mesmo modo, o senhor se relaciona de uma maneira-mediata com a coisa, ou seja, por meio do escravo. Considerado como consciência-de-si, como-tal, também o escravo se relaciona com a coisa de uma maneira-negativa-ou-negadora, e ele a suprime [*dialeticamente*]. Mas — para ele — a coisa é ao mesmo tempo autônoma. Por isso, ele não pode, por seu ato-de-negar, dar cabo da coisa até a supressão [*completa da coisa, como faz o senhor que a consome*]. Isto é, ele só a transforma-pelo-trabalho [*ele a prepara para ser consumida, mas não é ele quem a consome*]. Para o senhor, entretanto, por essa mediação [*isto é, pelo trabalho do escravo que transforma a coisa natural, a matéria-prima, com vistas a seu consumo (pelo senhor)*], a relação imediata [*com a coisa*] se constitui como negação pura do objeto-coisa, isto é, como fruição. [*Como todo o esforço é feito pelo escravo, o senhor só tem de desfrutar da coisa que o escravo lhe preparou, e negá-la, destruí-la, ao consumi-la. (Por exemplo: ele come uma iguaria pronta)*]. O que o desejo [*isto é, o homem isolado antes da luta, que se encontrava sozinho diante da natureza e cujos desejos estavam diretamente voltados para essa natureza*] não conseguia, consegue o senhor [*cujos desejos dirigem-se para as coisas transformadas pelo escravo*]. O senhor consegue dar cabo da coisa e satisfazer-se na fruição. [*Portanto, é unicamente graças ao trabalho do outro (de seu escravo) que o senhor é livre em relação à natureza e, por conseguinte, se satisfaz. Mas ele só é senhor do escravo porque, previamente, libertou-se da (e da sua) natureza ao arriscar a vida numa luta de puro prestígio, que — como luta — nada tem de natural.*] O desejo não consegue isso porque a coisa lhe é autônoma. Mas o senhor, que introduziu o escravo entre a coisa e ele, só se une ao aspecto de dependência da coisa, e dela goza de maneira-pura. Quanto ao aspecto de autonomia da coisa, ele o deixa ao escravo, que transforma-a-coisa-pelo-trabalho.

É nesses dois elementos-constitutivos que se funda para o senhor o fato-de-ser-reconhecido por outra consciência. Pois esta se afirma nesses dois elementos constitutivos como uma entidade-não-essencial: ela é não-essencial, de um lado, no ato-de-trabalhar a coisa e, de outro lado, na dependência em que se encontra para com uma existência determinada. Em ambos os casos, essa consciência [*servil*] não pode tornar-se senhor do Ser-dado e chegar à negação absoluta. Aparece aí esse elemento-constitutivo do ato-de-reconhecer que consiste no fato de a outra consciência suprimir-se como Ser-para-si, fazendo assim ela própria o que a outra consciência faz para com ela. [*Isto é: não é apenas o senhor que vê no outro seu escravo; esse outro se considera como tal.*] O outro

elemento-constitutivo do ato-de-reconhecer está igualmente implicado na relação considerada; esse outro elemento é o fato de *essa atividade da segunda consciência [isto é, da consciência servil]* ser a atividade *própria da primeira consciência [isto é, da consciência do senhor]*. Porque tudo o que o escravo faz é uma atividade do senhor. [*Já que o escravo só trabalha para o senhor, só para satisfazer os desejos do senhor e não os seus, é o desejo do senhor que age no e pelo escravo.*] Para o senhor, o Ser-para-si é o único que é a realidade-essencial. Ele é o puro poder negativo-ou-negador, para o qual a coisa não é nada; por conseguinte, nessa relação de senhor e escravo, ele é a pura atividade essencial. O escravo, ao contrário, não é atividade pura, mas atividade não-essencial. Ora, para que haja reconhecimento autêntico, deveria ter havido ainda o terceiro elemento-constitutivo, que consiste em que o senhor também faça para consigo o que ele faz para com o outro e que o escravo também faça para com o outro o que ele faz para consigo. Logo, é um reconhecimento desigual e unilateral que teve origem nessa relação de senhor e escravo. [*Porque se o senhor trata o outro como escravo, ele não se comporta como escravo; e se o escravo trata o outro como senhor, ele não se comporta como senhor. O escravo não arrisca a vida, e o senhor é ocioso.*

A relação entre senhor e escravo não é portanto um reconhecimento propriamente dito. Para melhor compreender, analisemos a relação do ponto de vista do senhor. O senhor não é o único a se considerar como senhor. O escravo também o considera como tal. Logo, o senhor é reconhecido em sua realidade e sua dignidade humanas. Mas esse reconhecimento é unilateral, porque ele não reconhece a realidade e a dignidade humanas do escravo. Logo, ele é reconhecido por alguém que ele não reconhece. E nisso está a insuficiência — e o caráter trágico — de sua situação. O senhor lutou e arriscou a vida pelo reconhecimento, mas só obteve um reconhecimento sem valor para si. Porque ele só pode ficar satisfeito com o reconhecimento por parte de quem ele reconhece como alguém digno de o reconhecer. A atitude de senhor é pois um impasse existencial. De um lado, o senhor só é senhor porque seu desejo buscou não uma coisa, mas um outro desejo, foi um desejo de reconhecimento. De outro lado, como se tornou senhor, como senhor deve desejar ser reconhecido; e só pode ser reconhecido como tal fazendo do outro seu escravo. Mas o escravo é para ele um animal ou uma coisa. Logo, ele é reconhecido por uma coisa. Assim, no final das contas, seu desejo busca uma coisa e não — como parecia no início — um desejo (humano). O senhor se enganou. Depois da luta que fez dele senhor, ele não é o que quis ser ao travar a luta: homem reconhecido por outro homem. Logo, se o homem só se satisfaz com o reconhecimento, o homem que se comporta como senhor nunca se satisfará. E já que — no início — o homem é senhor ou escravo, o homem satisfeito será necessariamente escravo; ou mais precisamente aquele que foi escravo, que passou pela sujeição, que suprimiu dialeticamente sua sujeição. De fato:]

Assim, a consciência não-essencial [ou servil] é — para o senhor — o objeto-coisa que constitui a verdade [ou realidade revelada] da certeza-subjetiva que ele tem de si [já que ele só pode se “saber” senhor ao se fazer reconhecer como tal pelo escravo]. Mas é evidente que esse objeto-coisa não corresponde a seu conceito. Porque aquilo em que o senhor se realizou, constituiu-se para ele como algo diverso da consciência autônoma, [já que está em presença de um escravo]. Não é a consciência autônoma mas, ao contrário, uma consciência dependente que existe para ele. Logo, ele não está subjetivamente seguro do Ser-para-si como de uma verdade [ou de uma realidade objetiva revelada]. Sua verdade é, ao inverso, a consciência não-essencial; e a atividade não-essencial desta última. [Isto é: a verdade do senhor é o escravo e seu trabalho. De fato, os outros só reconhecem o senhor como senhor porque ele tem um escravo; e a vida de senhor consiste no fato de consumir os produtos do trabalho servil, de viver de e por esse trabalho.]

Em conseqüência, a verdade da consciência autônoma é a consciência servil. Com efeito, esta aparece primeiro como existente fora de si e não como sendo a verdade da consciência-de-si [já que o escravo reconhece a dignidade humana não em si, mas no senhor, de quem ele depende até para existir]. Mas, assim como a dominação mostrou que sua realidade-essencial é a imagem-invertida-e-falseada do que ela quer ser, também a sujeição — é de se supor — tornar-se-á, em sua realização, o contrário do que é de maneira-imediata. Como consciência reprimida em si mesma, a sujeição vai entrar em si e inverter-se-e-falsear-se de modo a se tornar verdadeira autonomia.

[O homem integral, absolutamente livre, definitiva e completamente satisfeito com o que é, o homem que se aperfeiçoa e se completa nessa e por essa satisfação, será o escravo que suprimiu sua sujeição. Se a dominação ociosa é um impasse, a sujeição laboriosa é, pelo contrário, a fonte de todo progresso humano, social, histórico. A História é a história do escravo trabalhador. E para perceber isso basta considerar a relação entre senhor e escravo (isto é, o primeiro resultado do “primeiro” contato humano, social, histórico) já não do ponto de vista do senhor, mas da perspectiva do escravo.]

Vimos apenas o que a sujeição é na relação de dominação. Mas também a sujeição é consciência-de-si. É preciso portanto considerar agora o que ela é em e para si. À primeira vista, o senhor é, para a sujeição, a realidade-essencial. A consciência autônoma existindo para si é, portanto, para ela, a verdade [ou uma realidade revelada] que, entretanto, para ela, ainda não existe nela. [O escravo se submete ao senhor. Aprecia, reconhece o valor e a realidade da autonomia, da liberdade humana. Mas não a vê realizada nele. Só a vê no outro. E essa é a sua vantagem. O senhor, por não poder reconhecer o outro que o reconhece, acha-se num impasse. O escravo, ao contrário, reconhece desde o início o outro (o senhor). Basta-lhe pois impor-se a ele, fazer-se reconhecer por ele, para que se

estabeleça o reconhecimento mútuo e recíproco, o único que pode realizar e satisfazer plena e definitivamente o homem. É certo que, para que isso aconteça, o escravo deve deixar de ser escravo: ele tem de transcender-se, de suprimir-se como escravo. Mas, se o senhor não tem nenhum desejo — logo, nenhuma possibilidade — de suprimir-se como senhor (já que para ele isso significaria tornar-se escravo), o escravo tem todo o interesse de deixar de ser escravo. Aliás, a experiência dessa mesma luta que fez dele escravo o predispõe a esse ato de auto-supressão, de negação de si, de seu Eu dado que é um Eu servil. De fato, à primeira vista, o escravo que se identifica com seu Eu dado (servil) não tem em si essa negatividade. Ele só a vê no senhor, que realizou a negatividade-negadora pura ao arriscar a vida na luta pelo reconhecimento.] No entanto, é dentro de si que a sujeição possui essa verdade [ou realidade revelada] da negatividade-negadora pura e do Ser-para-si. Porque ela fez dentro de si a experiência dessa realidade-essencial. Ou seja, essa consciência servil sentiu medo não disto ou daquilo, não durante este ou aquele momento, mas de toda a sua [própria] realidade-essencial. Porque ela sentiu a angústia da morte, do senhor absoluto. Nessa angústia, a consciência servil foi interiormente dissolvida; toda ela estremeceu, e nela tudo o-que-é-fixo-e-estável tremeu. Ora, esse movimento [dialético] universal puro, essa liquefação absoluta de toda posição-estável é a realidade-essencial simples-ou-indivisa da consciência-de-si, a negatividade-negadora absoluta, o Ser-para-si puro. Assim, esse Ser-para-si existe nessa consciência servil. [O senhor está fixado em sua dominação. Não pode superar-se, mudar, progredir. Tem de vencer — e tornar-se senhor ou manter-se como tal — ou morrer. Pode-se matá-lo; não se pode trans-formá-lo, educá-lo. Ele arriscou a vida para ser senhor. Para ele, a dominação é o supremo valor dado, que ele não pode superar. Mas o escravo não quis ser escravo. Tornou-se escravo porque não quis arriscar a vida para ser senhor. Na angústia mortal, compreendeu (sem se dar conta) que uma dada condição, fixa e estável, mesmo que seja a de senhor, não consegue esgotar a existência humana. Compreendeu a vaidade das condições dadas da existência. Não quis identificar-se com a condição de senhor e também não se identifica com sua condição de escravo. Nele, nada é fixo. Está aberto à mudança; em seu Ser ele é mudança, transcendência, trans-formação, educação; ele é devir histórico desde a sua origem, em sua essência, em sua própria existência. Por um lado, ele não se identifica com o que é; quer transcender-se por negação de seu estado dado. Por outro, tem um ideal positivo a atingir: o ideal da autonomia, do Ser-para-si, que ele encontra na própria origem de sua sujeição, ideal encarnado no senhor.] Esse elemento-constitutivo do Ser-para-si existe também para a consciência servil. Porque, para ela, o Ser-para-si é seu objeto-coisa no senhor. [Um objeto que ela sabe que lhe é exterior, lhe é oposto, e do qual ela tende a apropriar-se. O escravo sabe o que é ser livre. Também sabe que não o é, e que quer sê-lo. E se a experiência da luta e de seu desfecho predispõe o escravo à transcendência, ao progresso,



*à História, sua vida de escravo que trabalha a serviço do senhor realiza essa predisposição.] Além disso, a consciência servil não é só essa dissolução universal [de tudo o que é fixo, estável e dado], considerada como-tal: a serviço do senhor, ela efetua essa dissolução de uma-maneira-objetivamente-real, [isto é, concreta]. No serviço [no trabalho forçado executado a serviço de outro (do senhor)], a consciência servil suprime [dialeticamente] sua ligação com a existência natural em todos os elementos-constitutivos particulares-e-isolados; e elimina-pelo-trabalho essa existência. [O senhor força o escravo a trabalhar. Ao trabalhar, o escravo torna-se senhor da natureza. Ora, ele só se tornou escravo do senhor porque — à primeira vista — era escravo da natureza, ao se identificar com ela e ao submeter-se às suas leis pela aceitação do instinto de conservação. Quando, pelo trabalho, se torna senhor da natureza, o escravo liberta-se de sua própria natureza, do instinto que o ligava à natureza e que fazia dele o escravo do senhor. Ao libertar o escravo da natureza, o trabalho também o liberta de si próprio, de sua natureza de escravo: liberta-o do senhor. No mundo natural, dado, bruto, o escravo é escravo do senhor. No mundo técnico, transformado por seu trabalho, o escravo reina — ou, pelo menos, reinará um dia — como senhor absoluto. E essa dominação que nasce do trabalho, da transformação progressiva do mundo dado e do homem dado nesse mundo, será bem diferente da dominação imediata do senhor. O futuro e a História não pertencem portanto ao senhor guerreiro, que ou morre ou se mantém indefinidamente identificado consigo, mas pertencem ao escravo trabalhador. Este, ao transformar pelo trabalho o mundo dado, transcende o dado e o que nele está determinado por esse dado; ele se supera, superando também o senhor que está ligado ao dado que ele deixa — porque não trabalha — intato. Se a angústia da morte encarnada para o escravo na pessoa do senhor guerreiro é a condição sine qua non do progresso histórico, é somente o trabalho do escravo que realiza e perfaz esse progresso.]*

Entretanto, o sentimento do poder absoluto que o escravo experimentou como-tal na luta e que experimenta também nas particularidades do serviço [do senhor que ele teme] é ainda apenas a dissolução efetuada em si. [Sem esse sentimento do poder, isto é, sem a angústia, sem o terror inspirado pelo senhor, o homem nunca seria escravo nem poderia atingir a perfeição final. Mas essa condição em si, isto é, objetivamente real e necessária, não basta. A perfeição (que é sempre consciente de si) só pode ser atingida no e pelo trabalho. Porque é só no e pelo trabalho que o homem acaba tomando consciência da significação, do valor e da necessidade da experiência que faz ao temer o poder absoluto, encarnado para ele no senhor. Só depois de ter trabalhado para o senhor, ele compreende a necessidade da luta entre senhor e escravo e o valor do risco e da angústia que ela implica.] Assim, embora a angústia inspirada pelo senhor seja o início da sabedoria, pode-se apenas dizer que nessa angústia a consciência existe para si mesma; mas ainda não é o Ser-para-si. [Na angústia mortal, o homem toma consciência

*de sua realidade, do valor que o simples fato de viver tem para ele; e só assim ele se dá conta da gravidade da existência. Mas ainda não toma consciência de sua autonomia, do valor e da gravidade de sua liberdade, de sua dignidade humana.]* Mas, pelo trabalho, a consciência chega a si mesma. De fato, parecia que o aspecto da relação não-essencial à coisa é que faltava à consciência subordinada [*no trabalho, isto é,*] no elemento-constitutivo que, nela, corresponde ao desejo na consciência do senhor; parecia isso porque, nesse elemento, a coisa conserva sua independência. [*Parecia que, no e pelo trabalho, o escravo está sujeito à natureza, à coisa, à matéria-prima, ao passo que o senhor, que se contenta com consumir a coisa preparada pelo escravo e fruir, está perfeitamente livre em relação a ela. Mas, de fato, não é assim. É verdade que*] o desejo [*do senhor*] reservou-se o puro ato-de-negar o objeto [*consumindo-o*] e reservou-se — por isso mesmo — o sentimento-de-si-e-de-sua-dignidade em forma pura [*experimentado na fruição*]. Mas, pelo mesmo motivo, essa satisfação é apenas um esvaecimento; porque lhe falta o aspecto *objetivo-ou-coisa*, isto é, a *posição-estável*. [*O senhor, que não trabalha, não produz nada estável fora de si. Apenas destrói os produtos do trabalho do escravo. Sua fruição e satisfação são, portanto, puramente subjetivas: só interessam a ele e só podem ser reconhecidas por ele; elas não têm verdade, realidade objetiva revelada a todos. Assim, esse consumo, essa fruição ociosa de senhor, que resulta da satisfação imediata do desejo, pode, no máximo, oferecer algum prazer ao homem; nunca poderá dar-lhe a satisfação completa e definitiva.*] Já o trabalho é um desejo reprimido, um esvaecimento impedido; ou, em outras palavras, ele forma-e-educa. [*O trabalho transforma o mundo e civiliza, educa o homem. O homem que quer — ou deve — trabalhar tem de reprimir o instinto que o leva a consumir imediatamente o objeto bruto. E o escravo só pode trabalhar para o senhor, isto é, para alguém diferente de si, se reprimir seus próprios desejos. Logo, ao trabalhar, ele se transcende; ou, se preferirem, ele se educa, cultiva, sublima seus instintos ao reprimi-los. Por outro lado, ele não destrói a coisa tal como é dada. Ele adia a destruição da coisa ao transformá-la primeiro pelo trabalho; ele a prepara para o consumo; isto é, ele a forma. No trabalho, ele transforma as coisas e, ao mesmo tempo, se transforma: ele forma as coisas e o mundo, ao se transformar, ao se educar; e ele se educa, se forma, ao transformar as coisas e o mundo. Assim,*] a relação negativa-ou-negadora com o objeto-coisa se constitui em uma forma desse objeto e em uma entidade-permanente, exatamente porque, para o trabalhador, o objeto-coisa tem autonomia. Ao mesmo tempo, esse meio-termo negativo-ou-negador, isto é, a atividade formadora [*do trabalho*], é a particularidade-isolada ou o Ser-para-si puro da consciência. Esse Ser-para-si penetra agora, pelo trabalho, naquilo que está fora da consciência, no elemento da permanência. A consciência que trabalha chega assim a uma tal contemplação do Ser-dado autônomo, que ela contempla a si mesma. [*O produto do trabalho é a obra do trabalhador. É a realização de seu projeto, de sua*

*idéia: é ele portanto que se realizou nesse e por esse produto, e ele contempla a si mesmo ao contemplar o produto. Ora, esse produto artificial é tão autônomo, tão objetivo, tão independente do homem quanto a coisa natural. Logo, é pelo trabalho, e somente pelo trabalho, que o homem se realiza objetivamente como homem. Só depois de haver produzido um objeto artificial é que o homem é real e objetivamente algo mais e diferente de um Ser natural; e é apenas nesse produto real e objetivo que ele toma de fato consciência de sua realidade humana subjetiva. Portanto, é pelo trabalho que o homem é um Ser sobre-natural real e consciente de sua realidade; ao trabalhar, ele é Espírito encarnado, é mundo histórico, é História objetivada.*

É portanto o trabalho que forma-ou-educa o homem a partir do animal. O homem formado-ou-educado, o homem completo e satisfeito com sua completude, é necessariamente não senhor, mas escravo; ou, no mínimo, aquele que passou pela sujeição. Ora, não há escravo sem senhor. O senhor é o catalisador do processo histórico, antropogênico. Ele não participa ativamente desse processo; mas, sem ele, sem sua presença, esse processo não seria possível. Porque, se a história do homem é a história de seu trabalho e esse trabalho só é histórico, social e humano contanto que se efetue contra o instinto ou o interesse imediato do trabalhador, o trabalho deve efetuar-se a serviço de outrem, e deve ser um trabalho forçado, estimulado pela angústia da morte. É esse trabalho, e apenas esse trabalho, que liberta, isto é, humaniza, o homem (o escravo). Por um lado, esse trabalho cria um mundo real objetivo, que é um mundo não-natural, um mundo cultural, histórico, humano. E só nesse mundo o homem vive uma vida essencialmente diferente da que vive o animal (e o homem primitivo) no seio da natureza. Por outro, esse trabalho liberta o escravo da angústia que o ligava à natureza dada e à sua própria natureza inata de animal. É pelo trabalho efetuado na angústia a serviço do senhor que o escravo se liberta da angústia que o sujeitava ao senhor.]

Ora, o ato-de-formar [a coisa pelo trabalho] não tem apenas essa significação positiva que consiste no fato de a consciência subordinada, considerada como puro Ser-para-si, constituir-se para si em uma entidade-existente-como-um-ser-dado, [isto é, o trabalho é algo mais que a ação pela qual o homem cria um mundo técnico essencialmente humano, que é tão real quanto o mundo natural onde vive o animal]. O ato-de-formar [a coisa pelo trabalho] tem também uma significação negativa-ou-negadora dirigida contra o primeiro elemento-constitutivo da consciência subordinada, ou seja, contra a angústia. Porque na formação da coisa, a negatividade-negadora da consciência, isto é, seu Ser-para-si, só se constitui para ela em objeto-coisa [ou em mundo] pelo fato de ela suprimir [dialeticamente] a forma oposta existente-como-um-ser-dado [natural]. Ora, essa entidade-negativa objetiva-ou-coisa é precisamente a realidade-essencial estranha diante da qual a consciência subordinada tremeu. Agora, ao contrário, [no e pelo trabalho] essa consciência destrói a entidade-negativa es-

tranha. Ela própria se afirma como tal entidade-negativa no elemento da posição estável; e assim ela se constitui para si mesma, torna-se uma entidade-existente-para-si. Para a consciência servil, o Ser-para-si é, no senhor, um outro Ser-para-si; ou melhor, o Ser-para-si aí existe unicamente para a consciência servil. Na angústia, o Ser-para-si [já] existe nessa consciência. Mas na formação [pelo trabalho] o Ser-para-si se constitui para ela como algo seu, e ela se torna consciente de que existe em e para si. A forma [a idéia-projeto concebida pela consciência], pelo fato de estar afirmada-fora [da consciência, de estar inserida — pelo trabalho — na realidade objetiva do mundo], não se torna, para a consciência [que trabalha], uma entidade diferente dela. Porque é precisamente essa forma que é o seu Ser-para-si puro; e, nessa forma, esse Ser-para-si constitui-se para ela como verdade [ou como realidade objetiva revelada, consciente. O homem que trabalha reconhece no mundo efetivamente transformado por seu trabalho a obra que é sua: reconhece a si mesmo; vê aí sua própria realidade humana; descobre e revela aos outros a realidade objetiva de sua humanidade, da idéia inicialmente abstrata e puramente subjetiva que faz de si]. Por esse ato-de-encontrar a si por si, a consciência [que trabalha] torna-se portanto sentido-ou-vontade própria; e ela se torna isso precisamente no trabalho, no qual ela parecia ser apenas sentido-ou-vontade estranha.

[O homem só atinge a autonomia verdadeira, a liberdade autêntica, depois de ter passado pela sujeição, depois de haver superado a angústia da morte pelo trabalho efetuado a serviço de outrem (que, para ele, encarna essa angústia). O trabalho libertador é pois necessariamente, à primeira vista, o trabalho forçado de um escravo que serve um senhor todo-poderoso, detentor de todo o poder real.]

Para essa reflexão [da consciência em si] são igualmente necessários os dois elementos-constitutivos [seguintes: em primeiro lugar o] da angústia, e [em segundo lugar] do serviço-como-tal, assim como da formação-educadora [pelo trabalho]. E, ao mesmo tempo, os dois são necessários de maneira universal. [Por um lado,] sem a disciplina do serviço e da obediência, a angústia pára no domínio-do-formal e não se propaga na realidade-objetiva consciente da existência. [Não basta ter sentido medo, nem mesmo ter sentido medo percebendo que se sentiu medo da morte. É preciso viver em função da angústia. Ora, viver assim é servir alguém que se teme, alguém que inspira ou encarna a angústia; é servir um senhor (real, isto é, humano, ou o senhor sublimado, Deus). E servir um senhor é obedecer a suas leis. Sem esse serviço, a angústia não poderá transformar a existência; e a existência nunca poderá superar seu estado inicial angustiado. É ao servir o outro, ao exteriorizar-se, ao solidarizar-se com os outros que alguém se liberta do terror escravizante provocado pela idéia da morte. Por outro lado,] sem a formação-educadora [pelo trabalho], a angústia permanece interna-ou-intima e silenciosa, e a consciência não se constitui para si. [Sem o trabalho que transforma o mundo objetivo real, o homem não pode transformar realmente a si.

*Se ele se transforma, sua transformação permanece íntima, puramente subjetiva, revelada só a ele, muda, não se comunicando aos outros. E essa transformação interna o põe em desacordo com o mundo que não mudou, e com os outros que se identificam com esse mundo não mudado. Tal mudança transforma portanto o homem em louco ou criminoso que, mais cedo ou mais tarde, é aniquilado pela realidade objetiva natural e social. Somente o trabalho, ao pôr o mundo objetivo de acordo com a idéia subjetiva que à primeira vista o supera, anula o elemento de loucura e de crime que afeta a atitude de todo homem que — levado pela angústia — tenta superar o mundo dado do qual ele tem medo, onde se sente angustiado e onde, por conseguinte, não poderia satisfazer-se.]* Mas, se a consciência forma [a coisa pelo trabalho] sem ter experimentado a angústia primordial absoluta, ela não passa de sentido-ou-vontade próprios vãos-ou-vaídosos. Porque a forma ou a negatividade-negadora dessa consciência não é a negatividade-negadora em si. E, por conseguinte, seu ato-de-formar não pode dar-lhe a consciência-de-si como daquilo que é a realidade-essencial. Se a consciência não sentiu a angústia absoluta mas apenas algum medo, a realidade-essencial negativa-ou-negadora permaneceu para ela uma entidade-exterior, e sua [própria] substância não está contaminada em toda a extensão por essa realidade-essencial. Como todos os preenchimentos-ou-acabamentos da consciência natural dessa consciência não se tornaram vacilantes, essa consciência ainda pertence — em si — ao Ser-dado determinado. O sentido-ou-vontade próprio [der eigene Sinn] é então capricho-obstinado [Eigensinn]: uma liberdade que ainda mora dentro da sujeição. A forma pura [imposta ou dada por esse trabalho] não pode constituir-se, para essa consciência, como realidade-essencial. Do mesmo modo, considerada como extensão sobre as entidades-particulares-e-isoladas, essa forma não é [uma] formação-educadora universal; ela não é conceito absoluto. Essa forma é uma habilidade que só domina algumas-coisas, e não o poder universal nem o conjunto da realidade-essencial objetiva-ou-de-coisa.

[O homem que não experimentou a angústia da morte não sabe que o mundo natural dado lhe é hostil, que tende a matá-lo, a aniquilá-lo, que é essencialmente inapto a satisfazê-lo realmente. Esse homem permanece, pois, solidário com o mundo dado. Poderá, no máximo, querer reformá-lo, isto é, mudar-lhe os detalhes, fazer transformações específicas sem modificar-lhe o caráter essencial. Esse homem agirá como reformista hábil, até como conformista, mas nunca como verdadeiro revolucionário. Ora, o mundo dado onde ele vive pertence ao senhor (humano ou divino), e nesse mundo ele é necessariamente escravo. Não é a reforma, mas a supressão dialética, ou revolucionária, do mundo que o pode libertar, e — por consequência — satisfazê-lo. Ora, essa transformação revolucionária do mundo pressupõe a negação, a não-aceitação do mundo dado, em seu conjunto. A origem dessa negação absoluta só pode ser o terror absoluto inspirado pelo

*mundo dado, ou mais exatamente por aquilo — ou aquele — que domina esse mundo, pelo senhor desse mundo. Ora, o senhor que engendra (involuntariamente) o desejo da negação revolucionária é o senhor do escravo. O homem só poderá libertar-se do mundo dado que não o satisfaz se esse mundo, em sua totalidade, pertencer a um senhor (real ou sublimado). Ora, enquanto o senhor viver, está sempre sujeito ao mundo do qual é senhor. Já que o senhor só transcende o mundo dado no e pelo risco de vida, só sua morte realiza sua liberdade. Enquanto viver, nunca atinge a liberdade que o elevaria acima do mundo dado. O senhor nunca pode separar-se do mundo onde vive e, se esse mundo perecer, perece com ele. Só o escravo pode transcender o mundo dado (sujeito ao senhor) e não perecer. Só o escravo pode transformar o mundo que o forma e o fixa na sujeição, e criar um mundo formado por ele, onde será livre. E o escravo só consegue isso pelo trabalho forçado e angustiado, feito a serviço do senhor. De fato, apenas esse trabalho não o liberta. Mas, ao transformar o mundo por esse trabalho, o escravo transforma a si e cria, assim, as novas condições objetivas que lhe permitem retomar a luta libertadora pelo reconhecimento que, anteriormente, ele recusou por medo da morte. Por isso, no final, todo trabalho servil realiza não a vontade do senhor, mas a — inconsciente, no início — do escravo, que — afinal — consegue vencer naquilo em que o senhor — necessariamente — fracassa. Portanto, a consciência inicialmente dependente, que serve e é servil, é que realiza e revela no fim de contas o ideal da consciência-de-si autônoma, e que é assim a sua verdade.]*